

Projeto de Resolução n.º 631/XV/1.^a

Pelo fim do financiamento público do setor tauromáquico

Exposição de Motivos

As touradas são, indiscutivelmente, espetáculos que incluem violência e maus tratos a animais, sendo amplamente contestadas pela sociedade civil e por organizações nacionais e internacionais de proteção animal.

Portugal é signatário de vários acordos internacionais de proteção aos animais, nomeadamente, a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia (1987); a Convenção sobre a Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais na Europa (1979); a Convenção Internacional sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens (CITES) (1973) e o Tratado de Lisboa (2007) da União Europeia, que reconhece os animais como seres sencientes.

A manutenção do financiamento público das touradas é uma forma de subvenção direta e indireta a espetáculos que causam sofrimento aos animais e que não têm lugar numa sociedade moderna e civilizada, permitindo a sua subsistência no futuro.

As fontes de financiamento da atividade tauromáquica são várias, destacando-se os fundos comunitários destinados à agricultura e criação de bovinos e os apoios disponibilizados por algumas autarquias locais.

No caso das Câmaras Municipais, o investimento na atividade tauromáquica ascende a mais de 2 milhões de euros anuais, traduzindo-se na compra de milhares de bilhetes para touradas, na concessão de subsídios a entidades tauromáquicas, a organização de corridas de touros, cedência de meios técnicos e materiais, isenção de taxas e licenças ou na manutenção e reabilitação das praças de touros.

Os exemplos são vários. Em Santarém, a praça de touros quase encheu no passado dia 19 de março para a realização de uma corrida de touros. Para que isto fosse possível, a Câmara Municipal de Santarém investiu 37.500 € + IVA na compra de bilhetes ao promotor do espetáculo (Associação Setor 9), que depois ofereceu à população, garantindo desta forma uma forte presença de público naquele recinto.

No Montijo, a Câmara Municipal comprou à empresa “Tertúlia Obvia, Lda.”, 4.000 € + IVA em bilhetes para uma tourada realizada no dia 14 de maio de 2022 na praça de touros. No ano anterior, a mesma autarquia tinha gasto 16.260€ + IVA em bilhetes para 2 touradas realizadas na cidade à empresa “AC Eventos, Unipessoal, Lda”.

Em Alcochete, a autarquia foi mais longe e comprou bilhetes para touradas com fundos do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, através do eixo da Saúde. O contrato foi assinado no passado dia 3 de março de 2023, entre a Câmara Municipal de Alcochete e uma empresa tauromáquica (Toiros e Tauromaquia) no valor de 12.000 € + IVA para a aquisição de 600 bilhetes para os espetáculos tauromáquicos promovidos por aquela empresa privada na cidade. O recurso a fundos do PRR, especialmente fundos destinados à promoção da saúde para comprar bilhetes para touradas, é a demonstração clara da impunidade deste setor que não olha a meios para garantir a perpetuação desta atividade no nosso país através dos fundos públicos.

Nos Açores, o município de Angra do Heroísmo reservou no seu orçamento para 2023 uma verba de 100.000 € para a realização de 3 touradas durante as Festas Sanjoaninas.

Ao nível da reabilitação de praças de touros, há também exemplos chocantes de esbanjamento de fundos públicos em recintos que estão praticamente abandonados o ano inteiro, recebendo apenas 1 ou 2 touradas por ano. O caso de Estremoz é gritante. A praça de touros é propriedade do Centro de Bem-Estar Social de Estremoz que cedeu o recinto à Câmara Municipal por 25 anos, através da celebração de um protocolo entre as duas entidades.

A Câmara gastou cerca de 2 milhões de euros na recuperação da praça de touros que se encontrava abandonada em 2012. Apenas, um ano após a inauguração, a Câmara de Estremoz gastou mais 76.000 euros na praça de touros em “trabalhos imprevistos” situação que foi fortemente criticada pela oposição, que criticou o facto de se continuar a gastar tanto dinheiro numa praça de touros, que nem sequer é propriedade da autarquia, quando existem tantas carências no concelho.

O caso não ficou por aqui, e em 2022 a autarquia de Estremoz gastou mais 21.972 € para pintar as paredes interiores da praça de touros antes da realização de uma tourada.

Outras autarquias utilizam a mesma estratégia (assumir temporariamente a gestão dos recintos) para proceder à reabilitação de praças de touros privadas com recurso a

fundos públicos. Os casos mais recentes aconteceram em Vila Viçosa onde a Câmara Municipal assinou no dia 11 de maio de 2022 um protocolo de cedência da praça de touros por 3 anos com a família Ribeiro Telles, proprietária do recinto. Até 2025 a praça de touros de Vila Viçosa vai ser mantida com o dinheiro dos contribuintes portugueses para a realização de “atividades culturais e recreativas” organizadas, promovidas ou apoiadas pela autarquia, incluindo a realização de eventos tauromáquicos. O presidente da Câmara admitiu que lançou este repto à família Ribeiro Telles “para se houver possibilidade de candidatar a Praça de Touros a algo mais, que seja possível encaixar em fundos comunitários”.

Em Alcácer do Sal foi assinado um contrato de comodato, aprovado em reunião de Câmara no passado dia 13 de abril de 2023, que permite que a Praça de Touros João Branco Núncio (propriedade da Santa Casa da Misericórdia) passe temporariamente para a posse da autarquia com o objetivo de poder candidatar as obras a fundos europeus. Desconhece-se o montante que será investido nesta praça de touros.

Na região do Alqueva, a EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A) decidiu gastar 46.000 € + IVA numa empreitada de impermeabilização dos bancos e passadiços da praça de touros da Aldeia da Luz (concelho de Mourão), um recinto que se encontra praticamente abandonado durante todo o ano e que nos últimos anos, segundo os dados da IGAC – acolhe em média 1 espetáculo tauromáquico por ano. A Aldeia da Luz, segundo o últimos Censos (2021) tem apenas 295 habitantes, o que significa que o investimento na praça de touros corresponde a mais de 156 € por cada habitante.

Além dos gastos das autarquias com a tauromaquia, destaca-se o financiamento de práticas tauromáquicas relacionadas com a criação de touros de lide e de cavalos de toureio, nomeadamente, os apoios que se deviam destinar apenas à produção agrícola e a sua inclusão nos programas de conservação e melhoramento genético de raças bovinas e equinas, através dos quais os ganadeiros recebem milhares de euros.

Há anos que a DGAV insiste em criar apoios específicos para a raça bovina brava de lide e até para os cavalos de toureio, no âmbito do financiamento dos Programas de Conservação Genética Animal e Programas de Melhoramento Genético Animal, disponibilizando verbas avultadas para estes criadores, cuja produção se destina unicamente ao entretenimento tauromáquico, e não, à produção agrícola.

Entre 2014 e 2020, a Associação Portuguesa de Criadores de Toiros de Lide (APCTL) recebeu avultados apoios do PDR2020, programa destinado ao desenvolvimento rural e para apoiar a produção agrícola nacional. No entanto, parte das verbas foram desviadas para o entretenimento tauromáquico. Só em 2020, a APCTL recebeu 158.540€ do PDR (parte do FEADER e outra parte via Orçamento do Estado).

Segundo o documento “Normas para Aplicação e Validação dos Programas de Conservação Genética Animal e Programas de Melhoramento Genético Animal PDR 2020”¹, publicado pela DGAV em março de 2019, o financiamento abrange as “tentas” que são provas realizadas nas herdades privadas dos criadores de touros de lide e que incluem a participação de “picadores” (sorte de varas) e matadores de touros, que de forma ilegal, promovem provas de seleção de especial violência e crueldade com os animais (geralmente bezerros) utilizando a sorte de varas e as bandarilhas para testar a “bravura” e comportamento dos animais.

É especialmente grave que práticas bárbaras e ilegais estejam a ser financiadas com fundos públicos, especialmente fundos comunitários destinados a apoiar a agricultura portuguesa e que contrariam todas as normas de bem estar animal da União Europeia. A inclusão das “tentas” constitui uma grave falha por parte da DGAV a quem devia competir a salvaguarda do bem estar animal e o cumprimento das normas nesta matéria.

Nos últimos anos, em especial após a pandemia de COVID-19, temos assistido a um aumento generalizado do uso de fundos públicos para financiar o setor tauromáquico, situação que tem causado perplexidade na população, tendo em conta as dificuldades sentidas com o aumento do custo de vida.

É fundamental que o Estado coloque restrições urgentes ao esbanjamento de fundos públicos para tentar manter, a todo o custo, a atividade tauromáquica, e para garantir que os fundos destinados à cultura ou à promoção da atividade agrícola não continuem a ser desviados para um entretenimento violento e que viola todas as regras básicas de bem estar animal.

¹ [Normas para Aplicação e Validação dos Programas de Conservação Genética Animal e Programas de Melhoramento Genético Animal PDR 2020](#). Gabinete de Recursos Genéticos Animais (DGAV), Março de 2019.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República adote a seguinte Resolução:

1. Determine que os fundos públicos não podem ser utilizados para promover e/ou apoiar a realização de eventos que promovam a violência sobre animais e/ou coloquem em causa o bem estar animal;
2. Proceda à exclusão da raça bovina brava de lide e dos cavalos de toureio dos apoios financeiros destinados aos Programas de Conservação Genética Animal e Programas de Melhoramento Genético Animal;
3. Excluir os criadores de touros de lide do recebimento das ajudas, prémios e apoios financeiros definidos a nível europeu e nacional no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural.
4. Determine que os fundos públicos só podem ser utilizados na reconversão de praças de touros em equipamentos que não incluam espetáculos de maus tratos a animais.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 19 de abril de 2023

A Deputada,

Inês de Sousa Real